



Estado de Sergipe
Administração Estadual do Meio Ambiente



LICENÇA AMBIENTAL



A Administração Estadual do Meio Ambiente - Adema, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso VIII, da Lei Estadual nº 5.057, de 7 de novembro de 2003, atendendo ao requerimento relativo ao Processo 2025/TEC/RL-O-0150, outorga a presente

Renovação Licença de Operação Nº 221/2025

em favor de SUPORTE AGRICOLA EIRELI, CNPJ nº 26.312.733/0003-17, sediado na Av Antonio Alves Feitosa, 1316, Centro, Nossa Senhora Da Gloria, SE, CEP 49.680-000, **para a atividade de Comercio Atacadista de Sementes, Flores, Plantas, Gramas, Cereais, Defensivos Agrícolas, Adubos, Fertilizantes e Corretivos do Solo, localizado no endereço reportado anteriormente, nas Coordenadas geográficas UTM (DATUM WGS84): 674.526 mE / 8.871.078 mS**

Considerações Gerais

01. Esta Renovação Licença de Operação foi emitida às 13:14:16 do dia 26/09/2025, com validade por 3 anos, vencendo-se em 26/09/2028.
02. O código de controle desta licença é **<857d0cb09bdc8047923a7c9e78c23c2>** e a sua aceitação está condicionada à autenticidade a ser conferida na internet no endereço eletrônico <http://www.adema.se.gov.br>, e à não existência de rasura.
03. Esta licença não exclui nem substitui outras licenças, caso exigidas por força de legislação federal, estadual ou municipal.
04. O não cumprimento das obrigações e das condicionantes aqui estabelecidas implicará na adoção das penalidades previstas em lei.
05. Na hipótese do requerimento de renovação da presente licença não ser deferido até antes do final de sua vigência, ao empreendedor somente será garantido o direito à prorrogação automática da licença, caso o requerimento de renovação venha a ser feito em até 120 (cento e vinte) dias antes do seu término.
06. A Adema, mediante decisão motivada, a requerimento do empreendedor ou por ato de ofício, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente licença, se ocorrer:
 - a) Violação de normas ambientais;
 - b) Inadequação de quaisquer condicionantes;
 - c) Omissão ou falsa descrição de informação relevante que poderia subsidiar ou subsidiou a outorga da presente licença;
 - d) Superveniência de grave risco ao meio ambiente e/ou à saúde pública;
 - e) Superveniência de normas técnicas e legais sobre a matéria;
 - f) Presença de zona aquífera e ecossistemas cavernícolas não detectados na prospecção do terreno.

Obrigações do empreendedor

01. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar a partir desta data, o empreendedor deverá providenciar a publicação no Diário Oficial do Estado, o extrato deste instrumento de licença, conforme modelo disponibilizado, devendo encaminhar à Adema um exemplar do jornal contendo a publicação.



Licença: 221/2025

Código: 857d0cb09bdcb8047923a7c9e78c23c2

Condicionantes

1. O empreendedor deverá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar a partir desta data, afixar placa alusiva à licença ambiental, em local visível, de preferência próximo do acesso ao empreendimento, nas dimensões mínimas de 0,50m de largura por 0,70m de altura, conforme modelo e instruções fornecidos pela Adema.
2. A empresa deverá apresentar juntamente com o pedido de renovação da Licença de Operação os seguintes documentos:
 - Comprovante da realização dos serviços de limpeza e manutenção do sistema de tratamento de esgotos sanitários, realizados por empresa devidamente licenciada pela Adema.
 - Declaração da Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos de Sergipe, gerenciada e coordenada pela ARDASE - Associação dos Revendedores de Defensivos Agrícolas de Sergipe.
3. A empresa deverá manter atualizado junto aos órgãos competentes os seguintes documentos:
 - Alvará de Funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal.
 - Atestado de Regularidade do Corpo de Bombeiros Militar.
4. Na vigência desta Licença, quaisquer irregularidades constatadas deverão ser corrigidas pelo empreendedor e comunicadas, imediatamente, a Adema.
5. O sistema de tratamento de efluentes sanitários implantado constituído por 01 (uma) fossa séptica e 01 (um) filtro anaeróbio, que deverá ser operado de maneira que não se perceba odor desagradável, presença de insetos e outros inconvenientes, bem como afastar possibilidade de poluição de quaisquer áreas.
6. O efluente final tratado deverá ser encaminhado para rede de drenagem pluvial municipal.
7. Toda atividade exercida pela empresa deverá ser realizada na área interna do empreendimento.
8. Os resíduos recicláveis deverão ser acondicionados conforme a NBR nº 13.230 da ABNT e destinados à empresa devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente.
9. As embalagens vazias dos defensivos agrícolas deverão ser destinadas para empresa devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente.
10. Os defensivos agrícolas deverão ser armazenados na bacia de contenção impermeabilizada. Caso ocorra vazamento, os resíduos perigosos deverão ser encaminhados para empresa devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente.
11. As empresas que efetuarão o transporte dos produtos e resíduos perigosos, comercializados e gerados nas atividades deverão estar devidamente licenciadas pelo órgão ambiental competente.
12. A emissão de ruído proveniente da atividade deverá obedecer aos limites estabelecidos nas NBR's nº 10.151 e nº 10.152 da ABNT, referenciadas pela Resolução Conama nº 01/90.
13. Perante a Adema, a empresa é a responsável pela implementação do Planos, Programas e Medidas Mitigadoras e por qualquer tipo acidente (intencional ou ocasional) que venha ocorrer na fase de operação.
14. Qualquer alteração e/ou ampliação na área e/ou atividade licenciada, deverá ser previamente apresentada a Adema para a respectiva avaliação.